

ENCLAVE NO CRESCIMENTO ECONÔMICO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

*Rosane Licia Guedes Nobre
Fernando Porfirio Soares de Oliveira*

Resumo: Este artigo visa analisar o crescimento econômico, utilizando dados públicos para mapear os municípios de pequeno porte do semiárido brasileiro, levantando dados com informações públicas do TCU correspondentes ao crescimento econômico de cada município, a fim de observar quais fatores têm contribuído mais significativamente para a elevação desses índices, e por fim reunir estas informações para explanação em um painel de dados que permita a observação dos resultados obtidos. Será analisado como fator de crescimento econômico o Produto Interno Bruto (PIB) de cada município selecionado, relacionando-o com a população, receitas e despesas correspondentes a este município, chegando assim aos índices que serão comparados para diagnóstico. Dessa forma este artigo buscará observar se existem municípios que se destacam fora do padrão regional, e o quê ou quais características levam pequenos municípios do semiárido brasileiro a ter um diferencial em seu crescimento em relação às médias regionais.

Palavras-chave: Crescimento Econômico; Pequenos Municípios; Semiárido Brasileiro, falso crescimento.

1. INTRODUÇÃO

O semiárido Brasileiro é uma região composta por municípios que apresentam características semelhantes relacionados ao clima, índices pluviométricos e de evapotranspiração. Esta região é acompanhada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que desde sua criação atua nas áreas de planejamento, incentivos fiscais, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, onde desenvolvem programas governamentais para concretizar políticas públicas e otimizar seus recursos, estimulando a economia regional deste setor.

Segundo Carvalho (2015), os municípios integrantes do semiárido enfrentam grandes desafios para evoluir economicamente. Este desafio se intensifica quando observados os pequenos municípios desta região, que contam com um nível de pobreza ainda maior que a média regional e não possui grandes atrativos para investimentos, tendo a maior parte de seu orçamento compostas por repasses públicos. Apesar disto, o semiárido vem melhorando significativamente seus indicadores econômicos nos últimos anos, tendo os municípios maiores demonstram esse crescimento mais expressivamente. No entanto, os pequenos municípios, apesar de melhorias em seus indicadores, ainda apresentam índices mais baixos do que a média.

Quando falamos de crescimento econômico falamos a respeito do aumento da capacidade da geração de riqueza. Esta capacidade é verificada principalmente pela observação do PIB (Produto Interno Bruto), que mede o grau de riqueza e atividade econômica de dada região. Apesar de o aumento do PIB não necessariamente repercutir na qualidade de vida da comunidade, este aumento deriva do crescimento econômico, que pode concentrar ou não seus benefícios à sociedade, a depender da forma como lhe é gerida. Buscando entender quais fatores podem contribuir para o avanço desses indicadores, esse artigo procura diagnosticar o crescimento econômico dos municípios de pequeno porte do semiárido, considerando que estes possuem dificuldades e cenários próximos, e identificar se entre eles existem municípios que se destacam em crescimento, o quê ou quais características levam pequenos municípios do semiárido brasileiro em ter um diferencial em seu crescimento em relação às médias regionais, e ainda verificar se esse crescimento econômico tem refletido em benefícios àquela sociedade.

Os termos de crescimento e desenvolvimento econômicos diferem pelo fato de o desenvolvimento abordar várias outras variáveis que podem influenciar não só na economia, mas também na vida dos indivíduos e da sociedade como um todo. Para Amartya Sen (2000) o desenvolvimento econômico estava baseado na liberdade que o indivíduo possui em uma determinada economia, onde deveriam ser removidos as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de

oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Este artigo abordará apenas o âmbito de crescimento econômico.

A importância desse estudo se dá pelo fato de observar a existência de pequenos municípios que conseguem sobressair do baixo padrão regional existente, possibilitando que municípios com baixos índices econômicos tomem os municípios que se destacam positivamente como modelo, instigando um crescimento regional mais significativo, destinando investimentos para as áreas que demonstram ter influências mais relevantes, evitando o desperdício dos recursos que dispõe.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Semiárido Brasileiro

Atualmente, segundo IBGE (2019), o Semiárido Brasileiro é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. A delimitação para seleção desses municípios é baseada em características de regiões com clima seco, poucas chuvas e elevada evapotranspiração, o que corresponde hoje a cerca de 12% do território nacional. Esta delimitação é revisada a cada década devido a variações climáticas que o país sofre. Na última revisão, no ano 2017, houve a inclusão de 73 novos municípios a fazer parte do semiárido; 49 por solicitação dos municípios, 22 por variabilidade nos indicadores, e 2 por proximidade (SUDENE, 2019). Na tabela abaixo pode-se verificar o número de municípios que integram o semiárido em cada estado.

Tabela 1. Número de municípios do Semiárido por estado.

Estado	Municípios no Semiárido
Alagoas	38
Bahia	278
Ceará	175
Maranhão	2
Minas Gerais	91
Paraíba	194
Pernambuco	123
Piauí	185
Rio Grande do Norte	147
Sergipe	29
Total	1262

Fonte: Sudene, 2019

Este escopo territorial teve o intuito de reunir áreas de ambientes semelhantes que sofrem com a seca, pobreza, baixo atrativos para investimentos, tornando-as áreas mais propensas a apresentarem baixos índices de desenvolvimento e crescimento econômico, (CARVALHO, 2015), e desenvolver programas que visam amenizar os problemas dessa região e incentivar seu desenvolvimento e crescimento econômico.

2.2 Crescimento Econômico

Crescimento econômico refere-se ao aumento de capacidade de geração de riqueza de uma região em um determinado período de tempo, dada a quantidade de recursos econômicos disponíveis (trabalho, capital, recursos naturais e tecnologia).

O crescimento econômico pode ser estimulado enquanto houver desemprego e capacidade ociosa, através de políticas públicas voltadas à atividades produtivas, e enquanto houver recursos disponíveis. Se estes tornam-se escassos é necessário que se adote meios de aumentar esses recursos ou que através do uso de tecnologia encontre-se novos meios de organizar a produção.

Quando falamos em crescimento econômico, estamos pensando no

crescimento da renda nacional per capita, isto é, de que seja colocada à disposição da coletividade uma quantidade de mercadorias e serviços que supere o crescimento populacional.

(...) O fato de o país estar aumentando sua renda real per capita não necessariamente significa que está tendo uma melhoria do seu padrão de vida. O conceito de crescimento econômico capta apenas o crescimento da renda per capita.

(VASCONCELLOS, 2000, p. 190)

O aumento da renda per capita não necessariamente significa uma melhoria no padrão de vida. Este padrão de vida é melhorado quando indicadores sociais aumentam juntamente com a renda per capita, a isto dá-se o conceito de desenvolvimento econômico (VASCONCELLOS, 2000).

Segundo Silva et al. (2010), o Semiárido brasileiro apresenta uma elevada dependência dos recursos naturais e os mais baixos indicadores sociais do País. Em relação às atividades econômicas, há predominância em sistemas agrícolas explorados com baixa eficiência de produção, responsáveis por uma crescente degradação dos seus recursos naturais, o que torna esses recursos cada vez mais escassos, dificultando a evolução do crescimento econômico dessas sociedades.

O citado pelo autor pode ser percebido quando observado o crescimento do PIB no ano de 2018 onde, enquanto a região norte chegava a crescer 3,38% (região que mais cresceu no período) a região do nordeste cresceu somente 0,90% e ainda menos a região sudeste com 0,73% de crescimento. Na tabela abaixo verifica-se o PIB regional do ano 2018.

Tabela 2. PIB regional 2018	
Região	Crescimento PIB
Norte	3,38%
Centro-Oeste	2,37%
Sul	1,83%
Nordeste	0,90%
Sudeste	0,73%

Fonte: Banco Central, 2018

Com este olhar voltado para a região como um todo, desde a fundação da SUDENE, foi possível adotar medidas que visam minimizar os problemas enfrentados por partes dessa população, como: políticas públicas de incentivo a investimentos na região; construção de reservas hídricas que possibilitariam amenizar as dificuldades nos negócios, impedindo a escassez de alimentos e água para essa população; construção de importantes infraestruturas; urbanização acelerada para diminuição de impactos da seca sobre a população sertaneja; políticas de convivência com a seca (desenvolvimento de tecnologias na área de captação e reserva de água); políticas públicas que permitiram os avanços de indicadores sociais; programas de assistência social de renda que cobrem cerca de 70% da população sertaneja; políticas de crescimento econômico que estimulam a produção local e políticas emergenciais. A combinação desses elementos é a razão central para a explicação do fenômeno que permitiu o semiárido partir para um novo padrão de crescimento (CARVALHO, 2015).

Apesar de que com estas medidas os índices de crescimento econômico da região semiárida tenham começado a apresentar elevação significativa, estes ainda avançam a curtos passos. Entre 2002 e 2016, a participação conjunta dos municípios do Semiárido no PIB nacional passou de 4,5% para 5,1% (IBGE, 2018) e esses avanços ocorrem menos expressivamente ainda quando observados municípios com um número pequeno de habitantes. Segundo Haddad (2007), a maioria dos municípios localizados no Semiárido tem PIB per capita entre 20% e 30% abaixo da média brasileira. Por isso, neste artigo, procurou-se enfatizar o estudo em regiões com população máxima média de 20.000 habitantes, que é a primeira faixa em que se divide as populações de pequeno porte, segundo Senado (2019). Esta faixa populacional corresponde a mais de 70% dos municípios que compõem o semiárido, totalizando um número de 886 municípios estudados. Abaixo é apresentada uma tabela que demonstra o número de pequenos municípios que compõem o semiárido em cada estado.

Tabela 3. Número de municípios de pequeno porte do Semiárido por estado.

Grande Região	Estado	Nº de municípios de pequeno porte por estado
Nordeste	Alagoas	23
	Bahia	176
	Ceará	84
	Paraíba	171
	Pernambuco	57
	Piauí	163
	Rio Grande do Norte	128
	Sergipe	18
Sudeste	Minas Gerais	66
Total		886

Fonte: Autoria própria, 2019

Considerando que esta faixa de pequenos municípios possuem uma dinâmica de mercado menor e maior fragilidade econômica, como poucos estudos buscam enfatizá-las para identificar possíveis formas de melhorar seus índices de crescimento e melhorar a vida dessa sociedade como um todo, é relevante que pesquisas se voltem a observar estas regiões para que venham surgir alternativas de medidas que as beneficie de forma mais eficiente.

A manutenção da população rural nesses rincões mais periféricos da economia do país depende de ações que venham acompanhadas de um conjunto de inovações técnicas, econômicas e sociais adaptadas às condições locais e que sejam capazes de valorizar os recursos produtivos em suas diversas combinações. Nesse sentido, o desafio que se coloca para o crescimento da região semiárida é a identificação de oportunidades econômicas que possam se traduzir na geração de emprego e renda para os agentes produtivos locais. (SILVA, 2010, p. 41)

2.3. Metodologia

A metodologia abordada classifica-se como quantitativa-descritiva por ter como característica o uso de investigações de pesquisa empírica fazendo análises de dados, fundamentada em levantamento de dados de forma sistemática sobre populações ou uma amostra delas, através do emprego de artifícios quantitativos (MARCONI; LAKATOS, 2003). Logo, o presente trabalho se enquadra na categoria descrita acima, uma vez que faz uso de dados secundários coletados pelos principais institutos de pesquisa em atividade no Brasil, dentre eles o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foi usada uma ferramenta do web site Compara Brasil, em que foi possível agrupar todos os dados de forma criteriosa para se observar suas relações graficamente. Este site agrupa informações em tabela com fonte segundo o IBGE. As informações oferecidas pelo site foram validadas pelas informações oficiais do IBGE. Também de acordo com a exposição de Marconi e Lakatos (2005), o presente trabalho pode ser classificado como uma forma pura de pesquisa: visa construir conhecimento a respeito do crescimento econômico dos pequenos municípios do semiárido brasileiro.

Tendo reunidos os dados, foram montadas tabelas com a identificação dos municípios, seus estados e regiões, códigos de município, número de população, valores de receita, despesa e PIB municipais, divididos em seções de anos, no intervalo de 2002 a 2016.

Usando o ano referência de 2016, foram removidos os municípios com população estimada inferior a 20.000 habitantes. Devido à variação expressiva da população ao longo do período analisado, optou-se também em usar a média aritmética simples da população por município, limitando o objeto da pesquisa aos municípios que apresentaram média de população abaixo do ponto de corte indicado na literatura, com isso foram retirados da amostra os municípios de Encruzilhada-BA, Anagé-BA, Manga-MG, Cumaru-PE, Reriutaba-CE..

No balanceamento dos dados durante tabulação, foi verificado que alguns municípios não haviam registros suficientes junto aos órgãos em que foram consultados para levantamento das informações, e por isso foram retirados da base de dados, estes municípios foram: Iuiú-BA; Joca Claudino-PB; Serra Caiada-RN; São Vicente do Seridó-PB; Tacima-PB; Galinhos-RN; Felipe Guerra-

RN; Palestina-AL; Inhapi-AL; São Domingos-PB; Marcionílio Souza-BA; Currais-PI; Afrânio-PE; Triunfo Potiguar-RN; Antônio Cardoso-BA; Angelim-PE; Cerro Corá-RN; São Bento do Norte-RN; Prata do Piauí-PI; Passagem Franca do Piauí-PI; Macururé-BA; Brejinho-PE; Bertolínia-PI; Tibau-RN; Pimenteiras-PI; Abaiara-CE; Brejões-BA; Morro Cabeça no Tempo-PI; Bonito-BA; Maetinga-BA; Fartura do Piauí-PI; Júlio Borges-PI; Novo Triunfo-BA; Sebastião Barros-PI; Gavião-BA; Abaré-BA; Caiçara do Norte-RN; Rafael Fernandes-RN; Várzea Nova-BA; Paraú-RN; Canapi-AL; São José do Campestre-RN e Carneiros-AL totalizando 43 municípios excluídos da pesquisa, resultando em 838 municípios analisados.

Foi desenvolvida uma equação que relaciona as variáveis estudadas para demonstrar o crescimento econômico dos municípios por meio de um índice, denominado neste trabalho por CE, a equação (1) está descrita abaixo:

$$CE = \frac{\log(R) * \log(P) * \log(D) * \log(PIB)}{100} \quad (1)$$

Onde:

- CE = Crescimento econômico
- R = Receita
- D = Despesa
- P = População
- PIB = Produto interno bruto

O uso da função logarítmica na equação é justificado pelo fato de os dados cobrirem uma grande gama de valores com variações muito discrepantes entre si, e o logaritmo reduz a representação à uma escala de melhor compreensão para ser visualizada e manejada. Obtendo os valores do índice de CE por ano, foi feita uma média aritmética para cada município. Com base nessas médias foram gerados gráficos para observação do comportamento do CE.

Outro indicador utilizado na análise foi a variação do PIB entre os anos, representando o crescimento do produto interno bruto entre o período analisado, com valores calculados em porcentagem, conforme visto na equação (2) abaixo:

$$\%PIB_n = \frac{PIB_{n-1} + PIB_n}{PIB_{n-1}} \quad (2)$$

Onde:

- $\%PIB_n$ = Variação do PIB do município;
- PIB_n = Produto Interno Bruto do município no ano calculado;
- PIB_{n-1} = Produto Interno Bruto do município no ano anterior;

2.4. Análise

Foi plotado o gráfico de dispersão comparando a variação média de PIB com o índice CE calculado para os 838 pequenos municípios do semiárido brasileiro no período de 14 anos.

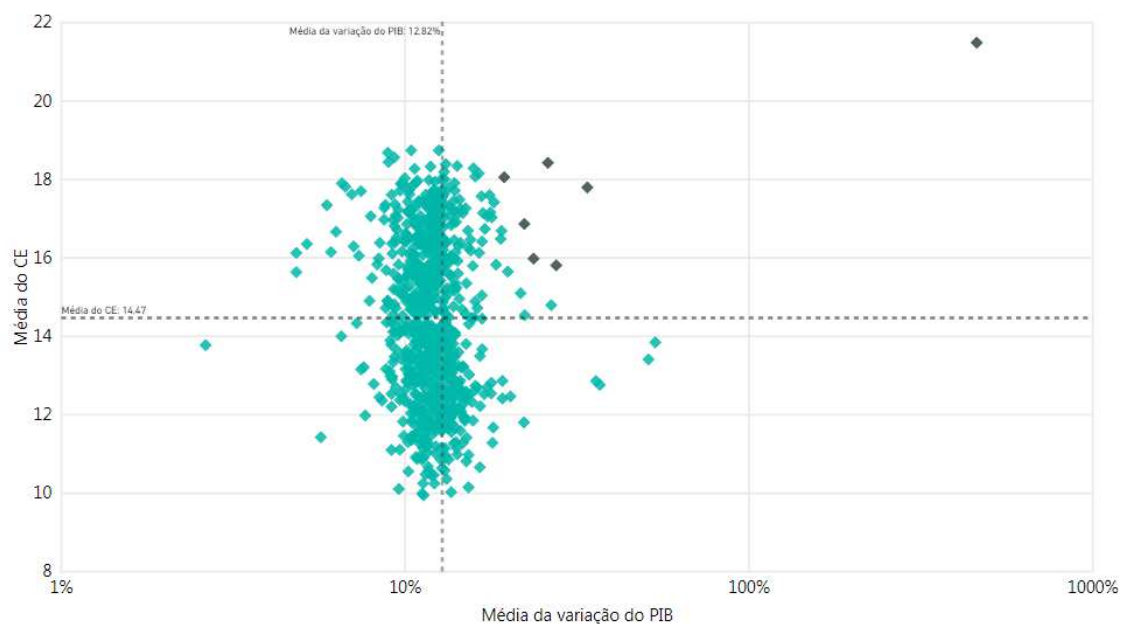


Gráfico 1. Dispersão dos municípios estudados em relação a variação do PIB e média do índice CE (Autoria própria, 2019)

A média da variação do PIB para os municípios estudados é de 12,82% e o CE médio dos municípios é 14,47. Quando plotamos as linhas de média da amostra da distribuição identificamos quatro quadrantes, sendo o primeiro quadrante o que traz informações relevantes para observação do estudo da pesquisa. Aproximando esse quadrante é possível identificar 7 municípios que se destacam com maior intensidade ao restante dos dados. É possível identificar os municípios em destaque no gráfico 2 abaixo:

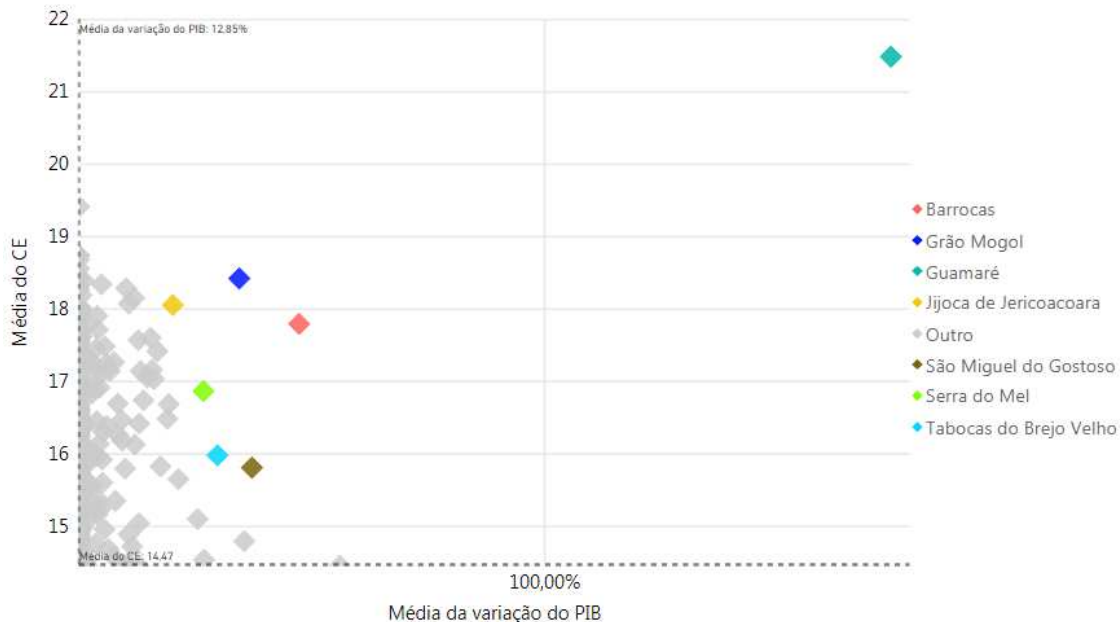


Gráfico 2. Municípios em destaque (Autoria própria, 2019)

Abaixo foram listados os sete municípios que obtiveram os valores médio de CE e variação de PIB mais elevados para observação:

Tabela 4. Os 7 municípios com as maiores médias de CE e %PIB

Nome do Município	UF	Média de %PIB	Média de CE
Guamaré	RN	459,77%	21,49
Grão Mogol	MG	26,03%	18,42
Jijoca de Jericoacoara	CE	19,43%	18,06
Barrocas	BA	33,89%	17,80
Serra do Mel	RN	22,23%	16,87
Tabocas do Brejo Velho	BA	23,64%	15,98
São Miguel do Gostoso	RN	27,52%	15,81

Fonte: Autoria Própria, 2019

Destaca-se o município de Guamaré, no Rio Grande do Norte, onde existe intensiva atividade petroquímica de empresas de visibilidade mundial. O município apresentou, em 2016, um PIB per capita de mais de 125 mil reais, isto corresponde a mais de 4 vezes o PIB per capita brasileiro em mesmo ano. Em segundo lugar, Grão Mogol, no estado de Minas Gerais, que em 2012 foi injetado grande quantia na economia do município pela descoberta de grande reserva de minério para exploração (PEIXOTO, 2019). Em terceira colocação encontramos Jijoca de Jericoacoara, no estado do Ceará, que conta com forte atividade turística em sua região litorânea, onde em 2016 a cidade foi eleita pelo *TripAdvisor*, site de planejamento e reservas de viagens, a vencedora da América do Sul do prêmio *Travelers' Choice Destinos em alta*, e garantiu a 3ª posição entre os melhores do mundo (G1 CEARÁ, 2016). Seguidos por Barrocas-BA com atividade em mineração de ouro, Serra do Mel-RN apresentando sua principal fonte de receita a agricultura baseada em derivados do caju; Tabocas do Brejo Velho-BA, onde encontra-se a usina solar de Ituverava uma das maiores da América Latina (ENEL, 2017), e por fim São Miguel do Gostoso-RN que é destaque regional no turismo da área litorânea do estado do Rio Grande do Norte.

Apesar de toda a renda gerada pelo turismo e indústrias ser bem-vinda para a economia, é perceptível que, nem todo PIB gerado no município é apropriado por sua população residente, uma vez que a geração do PIB e a renda disponível para consumo apresentam valores tão desproporcionais. Isso é observado se comparado o valor de renda per capita desses municípios com o valor do PIB per capita, como é mostrado na tabela abaixo:

Tabela 5. PIB per capita x renda per capita por município

Nome do Município	UF	PIB 2010	PIB per capita	População	Renda per capita
Guamaré	RN	R\$ 701.908.463,00	R\$ 56.464,36	12.431	R\$ 407,49
Grão Mogol	MG	R\$ 204.903.332,00	R\$ 13.636,59	15.026	R\$ 293,87
Jijoca de Jericoacoara	CE	R\$ 96.136.552,00	R\$ 5.654,43	17.002	R\$ 365,46
Barrocas	BA	R\$ 194.010.973,00	R\$ 13.673,34	14.189	R\$ 284,41
Serra do Mel	RN	R\$ 74.672.561,00	R\$ 7.263,16	10.281	R\$ 284,48
Tabocas do Brejo Velho	BA	R\$ 47.635.344,00	R\$ 4.168,30	11.428	R\$ 216,50
São Miguel do Gostoso	RN	R\$ 45.880.214,00	R\$ 5.298,56	8.659	R\$ 257,10

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010)

Foram tomados por base os dados de 2010, visto que o levantamento da renda per capita é feita através do censo, e este é feito a cada 10 anos, logo estes são os dados mais atuais do fenômeno para estudo. Observando-se os valores apresentados na tabela, percebe-se a grande discrepância em relação a renda per capita e ao PIB per capita.

Nas duas situações apresentadas, o cálculo do CE e a variação do %PIB, o município de Guamaré é o que mais se destaca, apresentando valores muito além dos parâmetros da região semiárida. No entanto, se observados outros índices correspondentes ao município, percebe-se que estes não apresentam grandes variações de seu crescimento, como visto na tabela 5, que mostra os valores da renda per capita, o município de Jijoca de Jericoacoara, por exemplo, possui índices de crescimento menores que Guamaré, apresenta um PIB per capita de pouco mais de 10% do valor do PIB per capita do município de Guamaré, contudo suas rendas per capita diferem em somente 10,31%, mesmo Jijoca de Jericoacoara apresentando uma população maior. Isto demonstra que, mesmo Guamaré apresentando uma taxa de variação de crescimento superior aos demais municípios da região, este crescimento não reflete indiscriminadamente em benefícios daquela sociedade.

Pode-se vincular essa situação ao contexto preconizado por Bresser-Pereira, que aborda:

É bem conhecido o caso de países cuja renda per capita cresce devido à exploração de um recurso natural de que esse país é muito bem dotado, mas não há transformações estruturais na economia: a produção desse bem ocorre em regime de enclave, geralmente acompanhado por doença holandesa, ficando os frutos do progresso técnico limitados exclusivamente àquele setor da economia.

(...) Quando há aumento da renda per capita, mas a economia não se transforma porque não aumenta a produtividade de toda ela, mas apenas de um enclave geralmente de baixo valor adicionado per capita, não ocorre nem desenvolvimento nem crescimento econômico.

(BRESSER-PEREIRA, 2008).

Conhecendo estes fatos podemos nos questionar até que ponto é vantajoso para os municípios conceder incentivos fiscais à instalações de grandes indústrias para atrair investimentos e estimular a economia. Se este realmente é o intuito, poderia ser estudada uma forma em que a sociedade local recebesse, de fato, benefícios pela presença destas instalações.

De fato os índices de variação do PIB do semiárido têm se elevado, cerca de 12,29% em média ao longo dos 14 anos estudados. No entanto, esse aumento pode ser definido como um enclave econômico produtivo local, tendo em vista que ocorreram em regiões e setores isolados.

3. CONCLUSÃO

Tendo em vista que essas indústrias, usinas, refinarias e outras fontes geradoras de renda passam a consumir os recursos sociais desses municípios, ou seja, há exploração de recursos naturais, são mais pessoas a utilizarem do sistema de saúde, de educação, etc. e, no entanto, a renda de boa parte e da maior parte do lucro das pessoas que integram essas instituições levam essa renda para ser consumida em outros municípios, pois estes pequenos municípios são apenas suas fontes de renda. As indústrias se beneficiam dos incentivos para se instalar nesses pequenos municípios, consomem seus recursos, e apesar da geração de emprego e renda, é perceptível que o município não cresce economicamente proporcional à renda gerada e levada para outros fins. A parcela da sociedade que chega a ser beneficiada é muito inferior a proporção do crescimento fictício e o município continua com a economia estagnada. Bresser-pereira (2008) chama esse tipo de fenômeno um crescimento excludente ou concentrador, que não inclui a sociedade aos beneficiados e concentra renda e riqueza à somente parte dela.

Seria o fato de se pensar em novos modelos de distribuição tributária onde parte desses recursos adquiridos teriam de ficar para aplicação obrigatória para benefício do município, para que este aumento de PIB municipal de fato refletisse em crescimento econômico àquela população.

A continuidade dessa pesquisa também seria muito válida visto que em um período próximo dados mais atualizados serão disponibilizados através do novo censo, e o parâmetro para comparação será mais atual e mostrará se o comportamento toma continuidade, como confirmará a relevância da hipótese levantada na atual pesquisa.

4. REFERÊNCIAS

- BRAGA, T. et al. Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. *Nova Economia*, v. 14, n. 3, p. 11-33, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*. 2008. 15 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1gz1SQehon-AeYZBvOxLEzVulLPwgIKsw>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. O NOVO PADRÃO DE CRESCIMENTO NO NORDESTE SEMIÁRIDO. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, n. 3, p.160-184, jul. 2015. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/125/104>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- CEARÁ, G1. Jijoca de Jericoacoara é eleita destino nº 1 da América do Sul: Cidade cearense ficou em terceiro lugar na classificação mundial. Prêmio de site de reservas mundial reconheceu 43 destinos no mundo. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/12/jijoca-de-jericoacoara-e-eleita-destino-n-1-da-america-do-sul.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CONSULTORIA, Aequus. Compara Brasil. Disponível em: <<http://comparabrasil.com/municipios/paginas/modulo1.aspx>>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- ENEL, Editorial. Parque Ituverava: energia solar renova a esperança de moradores da Bahia. 2017. Disponível em: <<https://www.enel.com.br/pt/historias/a201710-parque-ituverava-energia-solar-renova-a-esperanca-de-moradores-da-bahia.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- HADDAD, P. R. O Nordeste que não deu certo. O Estado de São Paulo, São Paulo, mar. 2007.
- IBGE. Semiárido Brasileiro o que é. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- LACERDA, José Paulo. PIB volta a crescer em todas as regiões do País. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/06/pib-volta-a-crescer-em-todas-as-regioes-do-pais>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORAIS, Natinoslávia Rubiassa de. *DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE: A CONTRIBUIÇÃO DA RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL*. 2015. 50 f. Monografia - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal Rural do SemiÁrido, Mossoró, 2015.
- PEIXOTO, Paulo. Mineração frustra região norte de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/02/1405686-mineracao-frustra-regiao-norte-de-minas-gerais.shtml>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- SEN, A. K. *Development as freedom*. New York: Anchor Books, 2000
- SENADO, Agência. Criados critérios de classificação do espaço urbano e rural. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/10/06/criados-criterios-de-classificacao-do-espaco-urbano-e-rural>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- SILVA, Pedro Carlos Gama da et al. *Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos*. São Paulo: Biblioteca Embrapa, 2010. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/158420/1/CAPITULO-01-PEDRO-GAMA-final.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2019.
- SUDENE. Infografo semiarido delimitação. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/infografico-semiarido-delimitacao.png>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Economia micro e macro*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 451 p. Disponível em: <<https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2014/02/economia-micro-e-macro-marco-antonio-sandoval-de-vasconcellos.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 17 horas do dia vinte e dois de março de dois mil e dezenove, no hall da Central de Aulas V do CCEN – Centro de Ciências Exatas e Naturais da UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, reuniu-se a Banca Examinadora de defesa de trabalho de conclusão de curso de autoria da aluna **ROSANE LÍCIA GUEDES NOBRE**, aluno do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia desta universidade, N° de matrícula **2011100360**, com o título **"ENCLAVE NO CRESCIMENTO ECONÔMICO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO"**. A Banca Examinadora ficou assim constituída por dois membros: Prof. Dr. Fernando Porfirio Soares de Oliveira, presidente da banca e orientador do Trabalho de Conclusão de Curso; Prof. Dr. Erivando Xavier Junior e Prof. Dr. Leonardo Querido Cardenas, como membros. Concluída a defesa, procedeu-se o julgamento pelos membros da banca examinadora, tendo o aluno obtido as seguintes notas: 9,0; 3,0; 8,0. Apuradas as notas verificou-se que o aluno foi aprovado com média geral 8,6. E para constar, eu Fernando Porfirio Soares de Oliveira, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos membros da banca examinadora, será assinada por todos.

Mossoró, 22 de março de 2019

Assinatura dos membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Fernando Porfirio Soares de Oliveira – UFERSA
Presidente e orientador

Prof. Dr. Antônio Erivando Xavier Junior – UFERSA
Primeiro Membro

Prof. Dr. Leonardo Querido Cardenas – UFERSA
Segundo Membro